

A LUTA PELA IDENTIDADE INDÍGENA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE PORTO PRAIA DE BAIXO (TEFÉ-AM)

Nelma Catulino Oliveira¹
Pedro Henrique Coelho Rapozo²

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado, intitulada “Educação escolar indígena: processos de implementação e efetividade das políticas educacionais na comunidade Porto Praia de Baixo (Tefé/AM)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tem por objetivos apresentar a contextualização do processo histórico de mobilização étnica do povo indígena Kokama, que vive na comunidade Porto Praia de Baixo, município de Tefé, estado do Amazonas e identificar e caracterizar os agentes sociais que contribuíram para a implementação da educação escolar indígena neste lugar. Utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica, a análise de fontes documentais, assim como, entrevista com moradores e professores da comunidade em questão. Verificamos como resultado desta pesquisa o papel crucial dos agentes sociais para a implantação de políticas educacionais em Porto Praia de Baixo e o reconhecimento da identidade indígena na comunidade.

Palavras-chave: Identidade. Caboclo. Agentes sociais. Educação escolar indígena.

THE FIGHT FOR INDIGENOUS IDENTITY AND SCHOOL EDUCATION IN THE COMMUNITY PORTO PRAIA DE BAIXO (TEFÉ-AM)

ABSTRACT

This article is the result of the master's research, entitled "Indigenous school education: implementation processes and effectiveness of educational policies in the community of Porto Praia de Baixo (Tefé/AM)", presented to the Interdisciplinary Graduate Program in Humanities (PPGICH), Amazonas State University (UEA). It aims to present the contextualization of the historical process of ethnic mobilization of the Kokama indigenous people, who live in the community municipality of Tefé, state of Amazonas and identify and characterize the social agents that contributed to the implementation of indigenous school education in this place. It is used as methodology the literature

¹ Mestre em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: ncd0.mic20@uea.edu.br

² Professor da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH/UEA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais PROFCIAMB. Professor do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Saúde Pública na Amazônia - FIOCRUZ. Graduado em Ciências Sociais/Sociologia, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Doutor em Sociologia - Desenvolvimento e Políticas Sociais pela Universidade do Minho/UM. Bolsista Produtividade em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas. Coordenador do grupo de pesquisa vinculado ao CNPq, Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia - NESAM e Coordenador Adjunto Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC-AM. Membro na 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal através da comissão técnica da Plataforma de Territórios Tradicionais. Atua na área de Sociologia Rural, Estado e Políticas de Desenvolvimento na Amazônia brasileira com experiência em pesquisas sobre os temas: Governança ambiental, Áreas Protegidas, Povos indígenas, Fronteiras, Violência, Mineração, Processos de Territorialização e Conflitos socioambientais. E-mail: phrapozo@uea.edu.br

review, the analysis of documentary sources, as well as interview with residents and teachers of the community in question. We verified as a result of this research, the crucial role of social agents for the implementation of educational policies in Porto Praia de Baixo and the recognition of indigenous identity in the community.

Keywords: Identity. Caboclo. Social agentes. Indigenous school education.

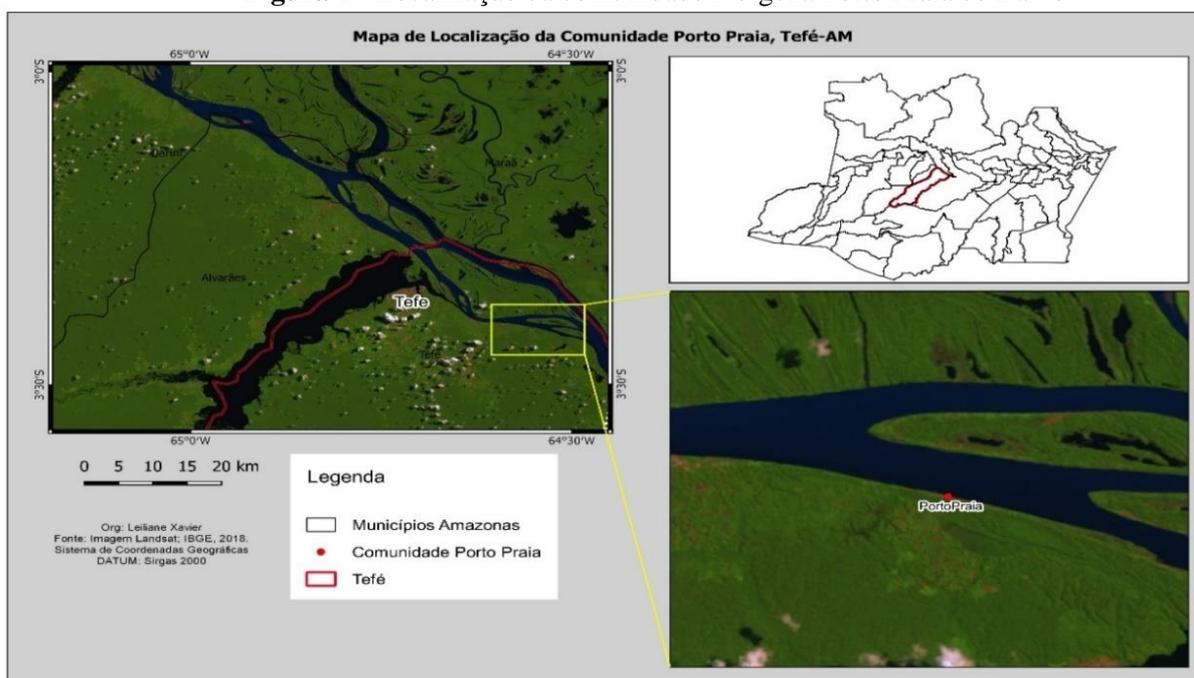
Data de submissão: 01.07.2022

Data de aprovação: 17.04.2023

INTRODUÇÃO

A comunidade indígena Porto Praia de Baixo está situada no município de Tefé, estado do Amazonas, à margem direita do rio Solimões, no Paran³ São Francisco, médio rio Solimões. A comunidade está a 28 km da cidade de Tefé, o acesso é fluvial, em canoas com motor rabeta⁴ (meio mais usado pelos moradores), o trajeto demora cerca de 1 a 2 horas. Na figura abaixo, temos o mapa de localização da comunidade indígena de Porto Praia de Baixo, com relação a cidade de Tefé.

Figura 1 - Localização da comunidade indígena Porto Praia de Baixo



Fonte: Imagem Landsat; IBGE, 2018.

Porto Praia de Baixo é a única comunidade que fica no território indígena com o mesmo nome. Segundo o “Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Porto Praia de Baixo, município de Tefé, AM”⁵, elaborado pelo CIMI em 2019, e informações coletadas

³ Paran³: Braço de rio separado deste por uma série de ilhas.

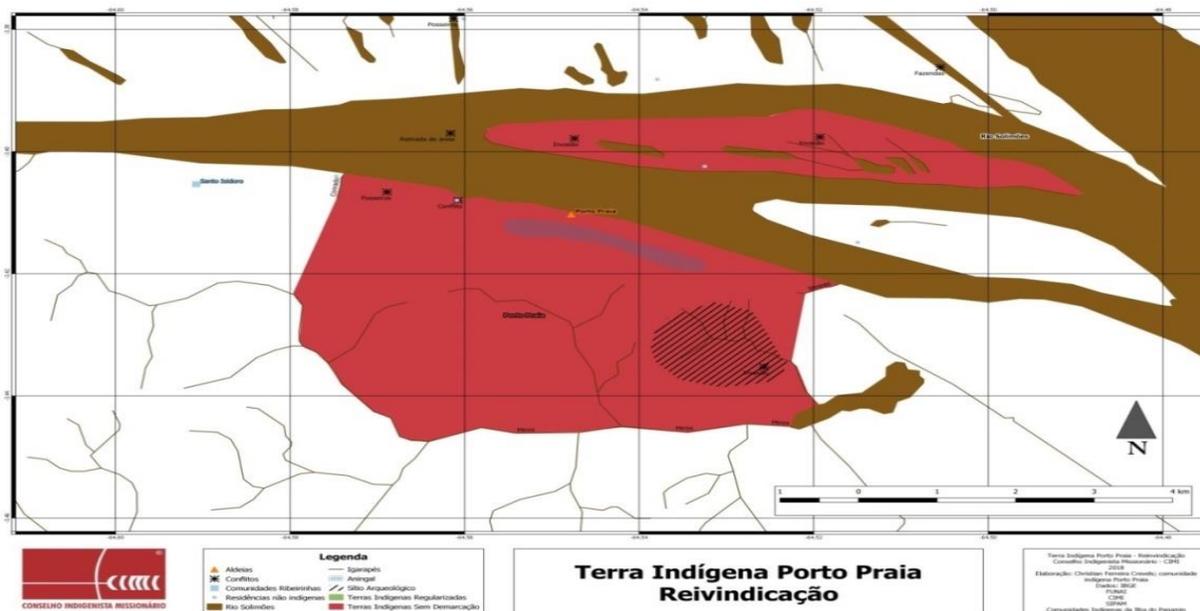
⁴ Embarcação de pequeno porte usada pelos indígenas e ribeirinhos em Tefé, acoplado em uma canoa de tamanho variável, com tamanhos de cinco a dez metros.

⁵ Informações presentes no relatório: “Este relatório não se pretende um substituto ao Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação que deve ser elaborado no âmbito do processo de identificação e delimitação da Terra Indígena a ser realizado pela FUNAI como preveem o Artigo n.º 231 da Constituição Federal de 1988 e o Decreto no 1775/96, de maneira estabelecida pela Portaria no 14/96”.

durante a pesquisa, o território indígena reivindicado limita-se ao norte com o sítio “Ilha Nova”, ao sul com a Comunidade Mirini, ao leste com a propriedade “Centenário” e ao oeste com a “Fazenda Santa Adriana”. O território indígena conta, também, com uma ilha em frente à comunidade, conhecida pelos moradores como Ilha Nova.

Segundo o relatório CIMI 2019, este território indígena possui pouco mais de três mil hectares e a Ilha Nova são mais 600 hectares, como observamos na figura 2. Não faz limites com outras terras indígenas já reconhecidas e não é sobreposta a Unidades de Conservação, no entanto, é sobreposta à cadastro ambiental rural.

Figura 2 - Área reivindicada pela comunidade Porto Praia de Baixo



Fonte: Arquivo do CIMI, 2019.

Na entrevista com um dos líderes comunitários e Agente de Saúde Indígena - AIS, Alexandre⁶, em dezembro de 2021, apenas a propriedade do “Centenário” gera uma disputa entre a comunidade com os proprietários, em que é uma área muito usada pelos moradores para a coleta da castanha.

Segundo levantamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, em 2021, a população da comunidade Porto Praia de Baixo era composta por 115 famílias, em torno de 400 pessoas, a maioria deles se identificam como pertencentes ao grupo étnico Kokama, alguns como Ticuna e outros como não indígenas. No local, é possível encontrar algumas pessoas do povo Mayoruna (Matsés), Kambeba, entre outros povos, isso ocorre pelas relações de casamento e a formação da comunidade.

Sobre a formação de Porto Praia de Baixo, um dos primeiros moradores nos relata na entrevista realizada em dezembro de 2021 a seguinte informação:

Quando cheguei aqui em 81, já depois de casado tinha o barracão da proprietária e a casa da minha irmã mais velha. Ela morava ali em cima e eu fiz minha casa aqui embaixo. Aí o pessoal foi chegando por intermédio da família. No início éramos seis famílias, e depois foi aumentando. (Valdemar, agricultor, entrevista, 2021).

⁶ A pesquisa se insere nas condições de anonimato previstas nas resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016. Doravante todos os entrevistados terão os nomes fictícios, com a profissão. O senhor Alexandre é também uma liderança muito influente na comunidade.

A moradora Thais, na entrevista concedida, também traz informações sobre o início da formação da comunidade, seu pai foi um agente importante na construção da comunidade, tendo várias vezes a responsabilidade de fazer o diálogo de novos moradores com os proprietários da área onde hoje se localiza a comunidade, a senhora Thais relata que:

Meus pais foram um dos primeiros moradores aqui do Porto Praia, ainda na década de 70. Eles casaram e viveram aqui, desde então, com meus 12 irmãos. Aqui no início tinha um barracão, que pertencia a senhora Maria do Carmo. Ela permitiu que meu pai vivesse aqui. Ele tirava muita seringa e vendia em Tefé. Além da roça, ele plantava muita juta e Malva. (Thais, agricultora, entrevista, 2021).

O início da formação da comunidade de Porto Praia de Baixo se deu por volta da década de 1970, como observamos no relato dos moradores e por meio dos arquivos históricos consultados sobre o local. A principal atividade desenvolvida pelos primeiros moradores foi a extração da castanha, juta, malva e o látex.

A trajetória do senhor Valdemar assemelha-se a dos demais moradores da região. Quando criança, ele veio da região com os pais, onde atualmente se localiza o município de Fonte Boa, e sua avó materna chegou a Fonte Boa ainda muito jovem, vinda do Peru.

No início da formação, a área pertencia a senhora Maria do Carmo, que concedia terra para os novos moradores, na prática do arrendamento. O consentimento para morar estava vinculado à extração de castanha. Os primeiros moradores conseguiam a autorização da proprietária da área depois dos acordos estabelecidos, ligados às relações de aviamento. Sobre este sistema muito presente na região do médio Solimões, a antropóloga Priscila Faulhaber (1987, p. 81) destaca que “no médio Solimões as relações mercantis podem ser caracterizadas pelo sistema de aviamento, mediante a comercialização e parte da produção agrícola (farinha juta), extrativista (castanha, seringa, madeira) e da pesca”. Para Sampaio (2002, p. 1), a relação conhecida na Amazônia como sistema de aviamento dá-se quando “o comerciante aviava mercadorias como adiantamento financeiro do empreendimento e ditava a equivalência deste capital em espécie com os produtos fornecidos por seu cliente”.

Com a mudança da proprietária para a cidade de Tefé, a área ficou sobre a responsabilidade de Américo Queiroz⁷, seu irmão. Após alguns anos, a comunidade se organizou para comprar a área, mas recebeu a proposta de um político de Tefé para a aquisição do território. A proposta não foi cumprida e os moradores não conseguiram arrecadar o dinheiro necessário para adquirir a área.

De acordo com relato dos moradores, a possibilidade de comprar a área da comunidade aconteceu na década de 1990. Segundo Faulhaber (1987), neste período, a região do médio Solimões passava por mudanças na estrutura fundiária, como podemos observar a seguir.

Nos dias atuais, as alterações reais na estrutura fundiária local marcam no processo fundiário seu caráter propriamente financeiro, e acarretam a generalização da utilização da terra como objeto de compra e venda. A introdução de investimentos financeiros para viabilizar a produção de dendê, assim como em infraestrutura urbana e rodoviária pela prefeitura de Tefé e pelo governo do Estado do Amazonas vêm alterando o preço da terra no médio Solimões, diferenciando-se este preço à medida que se afasta da cidade de Tefé (...). (FAULHABER, 1987, p. 85).

Mesmo não sendo um território demarcado, os moradores possuem direitos indígenas reconhecidos pelo Estado no âmbito da saúde e educação, e a luta por reconhecimento por

⁷ Américo Queiroz: Irmão da primeira proprietária da área onde se formou a comunidade de Porto Praia de Baixo. Gerenciou o local após a partida de sua irmã para a cidade e depois de alguns anos também saiu do local, segundo informações verbais dos moradores.

identidade étnica e territorial atrelam-se às novas mobilizações étnicas ocorridas em Tefé, a partir dos anos 2000, em que “novos” grupos e comunidades buscam pelo reconhecimento indígena “formal” na região (FAULHABER, 1998).

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vários povos indígenas no Brasil passam por um processo de “reconhecimento étnico”, questionamentos sobre a sua identidade são efetuados pelo Estado e pelas populações não indígenas, e a categoria “caboclo” surge no discurso para deslegitimar a identidade indígena na região do médio Solimões. Trata-se de uma categoria usada para classificar a população rural da Amazônia, e era costumeira entre moradores de Porto Praia de Baixo antes do reconhecimento como indígena.

A categoria “caboclo” pode ser interpretada no discurso acadêmico de diversas formas, como categoria mediadora entre o dentro e o fora, o interior e o exterior, e não pode ser apreendida em descontinuidades e rupturas, conceituais ou práticas, entre um espaço regional e um tempo colonial, e os espaços e tempos pós-coloniais, translocais ou transnacionais (RODRIGUES, 2006).

No livro, “Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Ita/Amazonas” de Eduardo Galvão (1955), encontram-se algumas formas no uso do termo “caboclo”, como as características físicas, usadas para acentuar posição social, “assim, um carregador de água, branco como poucos na comunidade, era classificado como caboclo, no sentido racial e social dessa designação”. (GALVÃO, 1955, p. 28).

A categoria “caboclo”, na região Amazônica, tem uma relação direta com os povos indígenas. Em alguns momentos, essas definições podem ser usadas para os mesmos grupos sociais e por pessoas que não pertencem ao grupo. A validade da categoria “índio” há muito mais tempo se estabeleceu na sociedade brasileira e, assim, ajuda a compreender como um rótulo de identificação, semelhante ao de caboclo, ganhou significado concreto e foi aceito por quem o recebeu (LIMA-AYRES, 1999).

Para Lima-Ayres (1999), de todas as formas colocadas aqui, a palavra “caboclo” aparece como uma “categoria de classificação social”. É também usado na literatura acadêmica para fazer referência direta aos pequenos produtores rurais de ocupação histórica. Na antropologia, a definição de caboclo, como camponeses amazônicos, é objetiva e distingue os habitantes tradicionais dos imigrantes recém-chegados de outras regiões do país. Ambas as acepções de caboclo, a coloquial e a acadêmica, constituem categorias de classificação.

Em Porto Praia de Baixo, “caboclo”, aparece em vários discursos dos moradores para se referir a eles. Na região do Médio Solimões – AM, a população rural ainda é chamada de “cabocla” e, com isso, a população rural que tenta se legitimar enquanto indígena é chamada pelos demais moradores da área rural e, principalmente da área urbana, como “índios de mentira”. Sobre esta região Lima-Ayres (1999) esboça que, ocasionalmente, outros nomes genéricos, tais como, trabalhadores rurais, ribeirinhos ou agricultores são usados, mas estes não carregam a mesma conotação regional que caboclo. O “caboclo” é mencionado sempre que “o homem amazônico típico” está em discussão.

Com todos esses significados, Lima-Ayres (1999) resume que a categoria social “caboclo” é caracterizada pela ausência de uma identidade coletiva forte. A população rural tem, ao contrário, identidades locais, do ponto de vista de uma observação externa que nela percebe traços físicos comuns.

Entende-se aqui a identidade similar a pensada por Hall (2006): algo formado, temporalmente, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, e sim incompleta, que está sempre "em processo", sempre "sendo formada".

Este processo que vem ocorrendo na região do médio Solimões e na comunidade pesquisada, onde populações formadas por ribeirinhos, agricultores e pescadores, classificados como “caboclos”, lutam por reconhecimento de sua identidade indígena, classificado por Oliveira (2004) como Etnogênese, que abrange tanto a emergência de novas identidades, como a reinvenção de etnias já reconhecidas. Ou seja:

O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade. (OLIVEIRA, 2004, p. 33).

Para Grunewald, (2004, p. 140):

Ao se trocar a noção de aculturação pela de etnogênese, pode-se não visualizar grupos que sofreram perdas, mas perceber a formação de novos agrupamentos étnicos que foram se construindo por entre descontinuidades históricas, assumindo a denominação de índios, uma vez que seus antepassados eram designados e que assim podiam ter acesso à terra e obter assistência da União.

Em contato com Porto Praia de Baixo, podemos perceber o que Grunewald (2004) coloca sobre a etnogênese, em que não ocorreu somente uma perda de um grupo específico, a comunidade é formada por uma diversidade étnica, mas como as primeiras famílias se reconheceram como pertencentes do povo Kokama, os demais se juntaram a eles, formando uma maioria, as quais as relações de casamento se diversificam e se ampliam com pessoas de vários outros grupos étnicos. A antropóloga Priscila Faulhaber (1997), denomina este movimento como sendo uma forma de reinvenção da identidade no médio Solimões, onde:

Os representantes de diferentes grupos étnicos reinventam tradições destruídas pelas rupturas históricas, formulando um discurso com base na memória social, ainda que fragmentária, e nos registros documentais aos quais têm acesso através da interação, seja com o movimento indígena de outras regiões e de outros países (...). (FAULHABER, 1997, p. 84).

Abordaremos neste artigo também os agentes sociais. Pierre Bourdieu (2014, p. 491), entende que os “agentes sociais são ao mesmo tempo, e inseparavelmente, produtores e produtos do Estado”; “agentes sociais não são simplesmente partículas movidas por forças físicas” (BOURDIEU, 2014, p. 227). Assim, os agentes sociais constroem a realidade social.

2 DESENVOLVIMENTO

A necessidade da “reinvenção da identidade” se deu por diversos aspectos, mas ocorre principalmente como um mecanismo de garantir, enfim, um território para as comunidades, na tentativa de diminuir os conflitos fundiários que ocorrem na região. Dentro dessa reinvenção, também foi preciso “convencer” os demais membros da comunidade, que inicialmente não concordavam com a condição de “ser indígena”, principalmente pelos estigmas impregnados na sociedade, como é possível observar em um trecho do documento “Histórico da Comunidade Porto Praia de Baixo, povo Kokama, município de Tefé”, elaborado pelos indígenas da comunidade e encontra-se no arquivo do CIMI, em Tefé.

Durante o pedido de reconhecimento, muitos dos não índios da cidade e de outras comunidades diziam que nós íamos perder os direitos que já tinham como branco, outros diziam que só estávamos pedindo o reconhecimento para se beneficiar dos direitos que os índios têm, e que íamos roubar porque índios não iam presos,

chamavam-nos de sem culturas, aproveitadores e interesseiros entre outros insultos. Porém mesmo sofrendo discriminação isso não desanimava o povo em lutar para ser. (HISTÓRICO DA COMUNIDADE PORTO PRAIA DE BAIXO, povo Kokama, município de Tefé, 8 de agosto de 2013).

Há, diante deste cenário, um conflito externo dos moradores no processo de reconhecimento étnico. Na comunidade, o cenário não era muito diferente, sendo possível entender essa ação por meio de Roy Wagner (2010), quando aponta uma relação direta da invenção com a convenção cultural:

Identificando a orientação com a consistência compartilhada das associações convencionais a invenção com a contradição impositiva dos contrastes diferenciadores, podemos concluir que a necessária interação e interdependência é entre elas a necessidade mais urgente e poderosa na cultura humana. A necessidade da invenção é dada pela convenção cultural e a necessidade da convenção cultural é dada pela invenção. Inventamos para sustentar e restaurar nossa orientação convencional; aderimos a essa orientação para efetivar o poder e os ganhos que a invenção nos traz. (WAGNER, 2010, p. 96).

A colonização na região do médio Solimões fez surgir uma complexa formação étnica, disseminando mais preconceito para quem está inserido neste processo de reconhecimento étnico, com questionamentos de não indígenas e, até mesmo, de instituições, sobre a “verdadeira identidade”. De acordo com Faulhaber, a formação das identidades étnicas, no Solimões, ocorreu da seguinte forma:

As identidades étnicas no Solimões foram criadas pela relação entre agentes do processo histórico da colonização. Pode-se citar, entre os primeiros agentes interventores, os missionários, os comerciantes e os representantes coloniais, que interagiram com as etnias indígenas. (FAULHABER, 1997, p. 84).

A região do médio Solimões recebeu inúmeros indígenas, compulsoriamente submetidos aos processos de “civilização”, assimilação e aos trabalhos com a extração da seringa. No processo de deslocamento dos indígenas de seus territórios, novos territórios foram surgindo a partir da ocupação humana nessa região. Na comunidade de Porto Praia, sua maioria se autodeclara pertencente ao povo Kokama, o qual possui a história marcada pelo deslocamento do Peru em “busca de melhores condições de vida para as famílias, promovendo o movimento contínuo de migração no Rio Solimões”⁸ (ISA, 2021).

A “reorganização social” presenciada na comunidade indígena de Porto Praia de Baixo, e no município de Tefé, pode ser entendida pelo processo de “territorialização” na concepção de Oliveira (2004, p. 22), o qual significa:

i) A criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Em 2002, a comunidade se estabelece internamente como uma comunidade indígena. No documento, Histórico da Comunidade Porto Praia de Baixo, povo Kokama, município de Tefé (2013, p. 1), é possível identificar que, “a partir de 2002 inicia um processo de reconhecimento étnico e territorial, e esse processo continua até os dias de hoje, a terra e o povo já foram reconhecidos como indígena, porém ainda não é demarcada”.

⁸ Informações presentes na página do ISA - InstitutoSocioambiental.org/pt/Povo: Kokama, acesso: junho de 2021.

Para Silva (2019), a partir do pedido de reconhecimento formal, o povo Kokama de Porto Praia de Baixo começa a participar de reuniões, encontros e assembleias organizadas pela União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé), CIMI e FUNAI, pois para os moradores, esses eventos proporcionavam conhecimentos sobre a realidade indígena, estabeleciam alianças para se fortalecerem na luta por reconhecimento étnico, territorial e acesso a políticas públicas.

Conforme o Boletim Informativo do CIMI, Huhuride⁹, a liderança de Porto Praia de Baixo esteve em Brasília no ano de 2018 junto com um grupo formado por lideranças dos municípios de Tefé, Marabá, Caruaru e o CIMI, nessa ocasião, entregou diretamente ao então Presidente da FUNAI, Franklimberg Ribeiro, um documento sobre a falta de demarcação de terras indígenas na região de Tefé. Segundo o boletim, “a delegação deixou Brasília com a promessa do presidente da FUNAI de contratar mais pessoas para acelerar os processos de demarcação e de utilizar os mapas indígenas nas demarcações”¹⁰, porém, já era um período de desmonte e desinteresse do Estado Brasileiro pelas políticas indigenistas e as promessas, como esperado, não se concretizaram. No entanto, o território continua sem providências, nenhuma das etapas legais do processo de demarcação foi iniciada pela FUNAI, até o ano de 2021.

Com a falta de providências sobre o território indígena de Porto Praia de Baixo, os conflitos no território são iminentes. Na entrevista concedida pela liderança da comunidade, Alexandre diz que: “aqui a gente sofre vários problemas, com o pessoal que pesca, caça e a retirada de areia aqui próximo da comunidade”. De acordo com a fala, os conflitos ocorrem principalmente com pescadores, madeireiros, caçadores, posseiros e agentes do mineral comercial, no leito do rio, perto ou em frente a comunidade.

Em março de 2021, os indígenas de Porto Praia realizaram a autodemarcação do território, pois, sem providências de demarcação para o território indígena, e com declarações públicas do presidente¹¹ de não demarcação de terras indígenas no Brasil, essa foi a medida encontrada para tentar proteger o território e estabelecer os limites reivindicados. Para Martins e Nóbrega (2020), a autodemarcação retoma a década de 1980, em que, no atual cenário, vem se intensificando pelas violações de direitos e de ações realizadas pelo Estado brasileiro, pondo em risco os modos de existência indígena e ameaçam a proteção de seus territórios.

A demarcação de Terras indígenas está prevista na Constituição Federal (1988, p.133), no artigo 231 “(...) competindo a União demarcá-las” encontra-se, também, regulamentada no decreto 1.775/1996 da Presidência da República que estabelece os passos para tal.

Diferente da demarcação do território indígena, que segue todas as diretrizes do decreto, e é realizada pelas instituições competentes, a autodemarcação é realizada pela organização dos indígenas. As “autodemarcações são estabelecimentos de limites fronteiriços do território, englobando-o em sua totalidade, realizadas a partir da auto-organização indígena. As autodemarcações podem contar (ou não) com retomadas de terras”. (MARTINS; NÓBREGA, 2020, p. 56).

No território indígena Porto Praia de Baixo, a autodemarcação estabeleceu os limites reivindicados pela comunidade, que se organizou e realizou uma expedição para fazer “picadas” e colocar marcações nos limites da área. Foi a maneira encontrada pelos moradores para diminuir os conflitos no território, potencializados pelas faltas de providências sobre a região.

⁹ Boletim informativo do CIMI - Huhuride, Ano 2 - nº 4 - Fevereiro de 2018, disponível no arquivo do CIMI, de maneira impressa e em PDF. A consulta foi realizada no arquivo PDF.

¹⁰ Huhuride, Ano 2 - nº 4 - Fevereiro de 2018, p. 3.

¹¹ Atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se os principais agentes sociais que exerceram um papel importante para implementar as políticas públicas de educação escolar indígena na comunidade de Porto Praia, no período de 2011 a 2021, e que contribuíram para garantir o reconhecimento indígena dos moradores da localidade estudada.

3.1 AGENTES SOCIAIS: O PAPEL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PORTO PRAIA DE BAIXO

Na pesquisa documental e no trabalho de campo realizados no segundo semestre de 2021, foi possível identificar os agentes sociais: instituições, organizações, moradores e professores que fizeram parte da implantação de diversas políticas públicas. O foco recai, especificamente, na atuação desses agentes sobre as políticas educacionais na comunidade indígena de Porto Praia de Baixo.

Dentre os agentes identificados, constará uma descrição temporal sobre a atuação deles no território de Porto Praia de Baixo; destacam-se algumas lacunas no arranjo, mas, por questão de curto prazo na pesquisa de campo, alguns podem não aparecer neste trabalho.

A União dos povos indígenas de Tefé (UNI-Tefé) foi a primeira organização indígena na região do médio Solimões, fez parte do “movimento indígena”¹² dessa região, que “nos anos oitenta verificou a reinvenção da identidade indígena, e o ressurgimento do ‘movimento dos índios’, a qual aparece associada aos conflitos de terras atuais e a memória de antigas lutas” (FAULHABER, 1998, p. 37).

Antes deste processo, Chaves (2018) traz as formas de organização social vividas pelas populações ribeirinhas que, posteriormente, passariam a lutar por um reconhecimento étnico:

Nas décadas de 1960-1980 as populações ribeirinhas dessa região e demais começam a passar por outro momento: a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em articulação com o Movimento de Educação de Base (MEB) pela Prelazia de Tefé. A formação das CEBs estabeleceu novos padrões de moradia e organização. As populações que se encontravam dispersas pelas calhas do referido rio foram agrupadas em unidades políticas marcadas pela autarquia e passaram a ser reconhecidas pelo Estado para efeito de implantação de políticas públicas. E é justamente nesse contexto que o movimento indígena do Médio Solimões se forma. (CHAVES, 2018, p. 20).

Com o “ressurgimento” do movimento indígena, na década de 1980, a articulação do movimento indígena em Tefé dá início às primeiras organizações indígenas. Tem-se a União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé), passando a funcionar desde 1989, após sua primeira diretoria eleita (FAULHABER, 1998). Segundo Maciel (2009), a criação da UNI-Tefé foi um esforço dos indígenas da região para unificarem as lutas no médio Solimões.

Assim, em 1993, a UNI-Tefé elaborou seu primeiro estatuto com a assessoria da Pastoral Indigenista de Tefé, tornando-se uma organização juridicamente reconhecida. Em 1995, ela adquiriu um escritório na cidade de Tefé, onde concentrava suas atividades administrativas (MACIEL, 2009).

No período de atuação da UNI-Tefé no médio Solimões, os moradores de Porto Praia de Baixo apontam nas entrevistas como sendo o primeiro contato da população local com as questões indígenas que, antes disso, não tinham “conhecimento” sobre seus direitos. Ao

¹² Para saber mais sobre movimento indígena em Tefé, consultar Faulhaber, 1998; Silva, 2019 e Macedo, 2021.

adentrar o movimento indígena, por meio da UNI-Tefé, alguns moradores passam a frequentar as atividades reguladas pela organização, e começam a tecer um diálogo interno sobre o reconhecimento étnico da comunidade.

Conforme narrado pelos moradores de Porto Praia, a proximidade com o movimento indígena levou ao conhecimento sobre direitos territoriais, saúde e educação escolar indígena, como os moradores não tinham posse da terra e viviam com constante insegurança sobre a possibilidade, ou não, de permanecer na área, o reconhecimento étnico foi a maneira encontrada pela população local para garantir o território.

A partir de 1999, a UNI-Tefé, de acordo com Silva (2019), assinou convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e passou a gerir a política de atenção básica de saúde indígena na região do médio rio Solimões e seus afluentes, fazendo atendimento em treze municípios¹³.

Mesmo no período que a UNI-Tefé esteve responsável pela saúde indígena, eles não deixaram de se organizar, enquanto movimento, e atuar nas comunidades com informação sobre direitos indígenas.

A organização indígena criada para outra finalidade, com coordenadores sem experiência na administração de recursos públicos, sem o prometido acompanhamento da Funasa, encontrou enormes dificuldades para gerir o convênio. Os recursos foram administrados de acordo a lógica própria dos indígenas e com prioridades que nem sempre combinavam com aquelas que estavam previstas no convênio. A organização, ao final, ficou com dívidas altas, não tendo como pagar as contas, em que, para evitar mais problemas, a UNI-Tefé teve suas atividades encerradas em 2008.

Com o encerramento das atividades da UNI-Tefé, o movimento indígena da região se sentiu enfraquecido e buscou novas alternativas para continuar colaborando com as causas indígenas da região. Para Silva (2019), foi isso que levou a criação, em 2008, da União dos Povos Indígenas do médio Solimões e seus afluentes (UNUPI/MSA), na tentativa de dar continuidade às ações da UNI-Tefé, porém, no momento, está voltada a atendimentos de pautas coletivas.

No período estudado neste trabalho, a UNUPI-MSA foi várias vezes citada pelos entrevistados da comunidade, como parceira na luta pelo território, saúde e educação escolar indígena, como se pode observar na entrevista com um dos moradores.

A nossa comunidade não teria entrado na luta por direitos indígenas, se não tivesse o apoio do movimento indígena, a gente sai para cobrar os nossos direitos, e temos o apoio das instituições... A UNUPI, por muitos anos vêm acompanhando nossas lutas, pelos direitos indígenas. Com relação a educação a gente sempre tem alguns problemas, mas vamos buscamos mudar também com o apoio do movimento indígena, porque é difícil conseguir as coisas sozinho. (Alexandre, AIS, entrevista, 2021).

Segundo a fala do morador, as organizações indígenas, neste caso, a UNUPI-MSA são agentes sociais presentes na formulação, avaliação e implementação de políticas públicas de educação escolar. São agentes que estão próximos das comunidades e possuem uma representatividade frente ao Estado para o diálogo sobre os assuntos que envolvem os povos indígenas da região do Médio Solimões. Observou-se esta atuação da UNUPI, no trecho do relatório anual do CIMI, no ano de 2013:

Os indígenas buscaram se organizar enquanto movimento indígena para discutir os problemas relacionados a terra, ao território, a saúde e a educação. Foram dois

¹³ Os municípios que eram atendidos: “Ipixuna, Envira, Eirunepé, Itamarati, Carauari, Juruá, Jutáí, Fonte Boa, Japurá, Maraã, Uarini, Tefé, Coari.” (SILVA, 2019, p. 63).

encontros articulados pela UNIPI-MSA e Secretaria de Assuntos indígenas com o apoio e assessoria da Equipe do CIMI Tefé, FUNAI, AMIMSA. (CIMI, 2013).

Nesse relatório de 2013, verifica-se a relação das instituições e organizações indígenas e indigenistas no diálogo sobre os assuntos de interesse da população indígena da região de Tefé.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, por ser uma organização governamental indigenista, sempre foi referência para assistência nas questões de território, saúde e educação. Quando iniciou o processo de reconhecimento territorial, a FUNAI esteve presente nas reuniões, como é possível constatar a partir das atas e documentos encaminhados pela comunidade à organização, obtendo respostas em forma de documentos encaminhados pela FUNAI sobre as demandas da comunidade.

O morador e liderança, Alexandre, durante a entrevista, traz informações sobre a relação inicial que a comunidade desenvolveu com a FUNAI e os assuntos mais relatados por eles a esse órgão.

A FUNAI, no início nos ajudou muito com informações e apoio na causa indígena. Quando tínhamos um direito violado na saúde, na educação, a FUNAI sempre foi procurada e prestava assistência a nossas demandas. Mas atualmente a FUNAI se encontra omissa. A gente não tem mais apoio deles, nem um local em Tefé eles têm mais. Tem que ficar procurando, ligando para encontrar a FUNAI agora. (Alexandre, AIS, entrevista, 2021).

Na fala do morador, observa-se que a FUNAI esteve presente nas articulações iniciais, fornecendo apoio e informações, mas nos últimos anos não têm o mesmo apoio. Isso faz parte de um cenário mais complexo de desestruturação do órgão iniciado em 2016, com o então presidente da república, Michel Temer, e dado sequência no governo do atual presidente Jair Bolsonaro.

No entanto, nos anos anteriores a 2016, os entrevistados relatam que a FUNAI esteve presente em várias reuniões, discutindo educação escolar indígena na comunidade e na cidade de Tefé. Consideravam que a presença deste órgão nas reuniões e reivindicações dava maior legitimidade aos seus pedidos.

O Conselho Indigenista Missionário – CIMI – é uma organização ligada à Igreja Católica, criado em 1972, com objetivo de estar a serviço dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, em que apoiava as alianças dos povos entre si e com setores populares para a construção de um mundo para todos¹⁴.

A Igreja Católica sempre esteve muito mais próxima das ideias dos grupos dominantes. Esteve à frente da educação escolar indígena de maneira impositiva e com a necessidade de “civilizar” as populações nativas, pois consideravam os indígenas “sem alma”. De acordo com Lopes (2011), os setores da Igreja apoiaram o golpe da ditadura civil-militar, com medo de uma possível adesão do Brasil ao comunismo.

A Igreja Católica, no Brasil, a partir da década de 1970, muda significativamente sua atuação, com o aumento dos trabalhos missionários e a criação das Comissões Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, “um dos enfoques principais da então surgida ‘nova linha pastoral’ era de aproximar setores da Igreja aos segmentos mais carentes da sociedade.” (LOPES, 2011, p. 36).

É neste cenário que o CIMI é criado em 1972, e a partir de então, passa a se organizar nas dioceses. Segundo Silva (2019), na região do Solimões, a atuação do CIMI inicia na década de 1970, com a organização de uma equipe, e suas principais ações no médio

¹⁴ Informações contidas na página do CIMI: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: nov. 2021.

Solimões são para prestar apoio sobre assuntos jurídicos, de políticas públicas (saúde e educação), terra, sustentabilidade, organização social, controle social, meio ambiente etc.

Na entrevista com um membro do CIMI, é colocada a atuação dessa instituição no município de Tefé, sobre os assuntos que envolvem as políticas educacionais:

Na política de educação escolar indígena o trabalho do CIMI tem se dado na formação sobre os direitos e as especificidades. A política de educação escolar é específica à população indígena e o CIMI tenta levar, por meio das formações jurídico-política, a informação sobre os direitos e a legislação sobre esse assunto. Todas as conquistas sobre educação escolar indígena é fruto de uma mobilização nacional dos movimentos indígenas e o CIMI sempre esteve nesse processo. (Camilla, missionária do CIMI, entrevista, 2022).

Foram-nos narradas as atividades programadas e realizadas nas comunidades e na cidade de Tefé, em que a instituição se tornou referência na busca por informações que envolvem os direitos indígenas, pois

No dia a dia fazemos orientações, a partir do que vai surgindo sobre o assunto, tentando esclarecer sobre a LDB, acesso as universidades, informando sobre cursos, possibilidades de acessos, apoiando na elaboração do PPP das escolas, no calendário diferenciado. (Camilla, missionária do CIMI, 2021).

Destacamos ainda na entrevista com Camilla, que o Plano Político Pedagógico (PPP) está sempre inserido nos principais debates sobre educação escolar indígena, no município de Tefé, no entanto, as escolas da região não conseguiram concluir esse processo de criação do PPP até o ano de 2021, de acordo com a missionária.

As dificuldades de acesso às políticas públicas de educação escolar indígena, na comunidade de Porto Praia de Baixo, são abordadas na entrevista com o CIMI e temos a seguinte fala sobre:

A comunidade Porto Praia, assim como outras comunidades na região de Tefé, que estão no processo de afirmação étnica e territorial, elas tem certa dificuldade de acessar as políticas específicas às populações indígenas e o CIMI vem apoiando, um exemplo foi a construção da escola, que foi um processo muito longo onde foi preciso realizar um pedido ao Ministério Público sobre o assunto, pois a comunidade não tinha uma boa estrutura para atender os alunos e era necessária a construção de uma nova escola. (Camilla, missionária do CIMI, entrevista, 2022).

Tanto a comunidade, como o CIMI, levanta o debate sobre a identidade indígena ser questionada, para barrar o acesso da população de Porto Praia de Baixo às políticas públicas destinadas aos povos indígenas no Brasil. A política de assimilação foi trabalhada pelo Estado durante anos na história do Brasil e atualmente é usada para negar os direitos básicos a esta população. Essa realidade se intensifica na comunidade de Porto Praia, pois não são povos assimilados e sim povos que tentam “reinventar a história”, presente na etnogênese.

A Coordenação de Educação Escolar Indígena – CEEI, ligada atualmente à Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura - SEMEEC, no município de Tefé, é um agente importante na cobrança por uma educação de qualidade nas escolas indígenas, já que contribuem para a implantação de políticas educacionais e é uma ponte para o diálogo das comunidades indígenas com o município.

Os membros da CEEI são eleitos por meio de reunião com membros dos territórios indígenas de Tefé. Os membros desta coordenação, conforme o relatório das ações da CEEI, se fazem presentes nas conferências locais, estaduais e nacionais de educação escolar indígena, nos encontros organizados pela própria coordenação, e nos eventos, encontros,

reuniões e assembleias de outras organizações indígenas. Estão nos diálogos com a Universidade do Estado do Amazonas para favorecer as políticas educacionais na região.

A partir dessas lutas houve a participação dos moradores e professores nos debates sobre saúde, educação e território, organizados pelo movimento indígena da região e pelas organizações indígenas e indigenistas. A busca por uma educação escolar indígena nos parâmetros jurídicos e constitucionais na comunidade viraria uma luta coletiva apenas nos anos 2000. De acordo com um morador, a primeira reivindicação da comunidade era pelo território, mas ao participar de reuniões e assembleias no município de Tefé, eles passaram a também buscar por uma educação escolar indígena.

A presença dos professores e lideranças da comunidade indígena de Porto Praia de Baixo, é sempre narrada nos relatórios do CIMI, como é possível observar em um trecho desses encontros:

Reunião com lideranças indígenas do Município de Tefé: Aconteceu no dia 25 de maio de 2017, na Escola de Teologia, Tefé (...) aldeias Nova Esperança, Pavão, Porto Praia de Baixo, Boarazinho, Barreira de Cima, Kanata, Arauiri, Jenipauá, Nossa Senhora de Fátima; representantes da Coordenação Municipal de Assuntos Indígenas, Coordenação Municipal de Educação Escolar indígena e membros da equipe do CIMI de Tefé. Teve como objetivo discutir sobre a situação da educação escolar indígenas, conquista de direitos e retrocesso no processo de educação, ao mesmo tempo, buscar encaminhamentos e proposições para garantir a qualidade da educação escolar indígena e manutenção dos direitos e política públicas para os povos indígenas. (RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL, CIMI, 2017)

Analizamos outros documentos do arquivo do CIMI e foi possível constatar que a comunidade indígena se faz presente em grande parte das atividades descritas nos documentos. É uma participação ativa, sempre com falas de lideranças e professores da comunidade. A partir do momento que eles se inserem na busca por um por uma identidade Kokama, eles atuam fortemente para garantir esse reconhecimento. Quando questionados sobre a compreensão da educação escolar indígena, a professora entrevistada apresenta a seguinte resposta:

Eu penso que a educação escolar indígena aqui na comunidade é melhor passada pelos professores indígenas. Eles se organizam para passar a cultura para os alunos. Os professores que veem de fora, da cidade, estão mais preocupados em passar os conteúdos dos livros didáticos. (Mariana, professora, entrevista, 2021).

Portanto, os agentes sociais citados estão sempre atuando para a implantação de políticas públicas de educação escolar indígena. Na descrição do “Encontro de Planejamento da Educação Escolar Indígena do município de Tefé”, presente no relatório do CIMI, referentes ao ano de 2017 a 2018, notamos:

O encontro aconteceu na aldeia Porto Praia de Baixo no dia 22/12/2017 e contou com a participação dos professores, gestores, lideranças, pais, alunos, comunitários indígenas, Coordenação de Educação Escolar Indígena Municipal-CEEI/Tefé, Coordenação da União dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes-UNUPI-MSA, Coordenação Municipal de Assuntos Indígenas (CMAI), e com a participação e assessoria do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e FUNAI-CTL/Tefé. (TRECHO DO RELATÓRIO NARRATIVO, CIMI, 2018).

Em 2014, no I Fórum de Educação Escolar Indígena do município de Tefé, realizado pelo CIMI, o professor da comunidade Porto Praia falou sobre alguns preconceitos institucionais que a comunidade enfrenta.

Secretária de Educação se deixou levar por assuntos internos da aldeia, desconsiderou a autonomia do povo, dizendo que a escola não é indígena. A fundo para conhecer nossos direitos e resistir aos desafios. Temos companheiros que estão na turma da UFAM, não é fácil lutar contra o governo. Os professores indígenas precisam se empoderar de conhecimento para lidar com os desafios e ajudar a comunidade na busca de melhoria. (DEPOIMENTO NO I FÓRUM DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE TEFÉ, 2014).

Enxerga-se, nesse discurso, como os professores estavam inseridos nos debates para garantir uma educação escolar indígena. Os professores são figuras centrais muito importantes na organização social da comunidade e no processo de garantir a educação escolar indígena. As lideranças da comunidade desenvolvem ações para garantir os direitos indígenas à comunidade. A atual liderança de Porto Praia, Alexandre, fala sobre a avaliação dos professores da comunidade, dizendo: “a comunidade se reúne todo final de ano para uma avaliação dos professores, os que forem aprovados, a gente encaminha para coordenação indígena.” (Alexandre, entrevista, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou o processo histórico de luta pelo reconhecimento indígena do povo indígena Kokama, moradores da comunidade Porto Praia de Baixo, no município de Tefé, no estado do Amazonas, apresentou os agentes sociais que contribuíram para a implementação da educação escolar indígena. A pesquisa constatou que a luta por reconhecimento étnico na comunidade estudada, está diretamente ligada com a garantia da terra e demais políticas públicas destinadas à população indígena.

A partir das entrevistas e dos documentos consultados, verificou-se que os agentes estão sempre atuando em fóruns de debate participativos que tratam sobre educação escolar no município de Tefé, em que ao descrever o processo histórico de mobilização étnica dos povos indígenas, que contribuíram para a implementação da educação escolar na comunidade de Porto Praia de Baixo, optou-se por fazer uma contextualização do local da pesquisa, inicialmente, trazendo as informações relevantes sobre a comunidade, sua localização, situação jurídica, etc., que nos levam a compreender a situação atual dos povos indígenas que vivem nessa região.

O trabalho trouxe a trajetória de luta por reconhecimento da comunidade de Porto Praia de Baixo, a partir das fontes orais, assim como documentos consultados no arquivo do CIMI e a pesquisa de Silva (2019), que trouxeram dados para desenhar os caminhos percorridos pelo povo Kokama, para que atualmente a maioria da população local se reconheça como pertencente ao povo Kokama.

Verifica-se, neste trabalho, que a implantação de políticas públicas voltadas para educação escolar indígena na comunidade de Porto Praia de Baixo não depende somente dos atos governamentais do Estado, os agentes sociais desenvolvem papel fundamental neste processo. Durante o curto período de pesquisa conseguiu-se levantar alguns agentes que contribuíram e contribuem nesse processo, como a UNI-Tefé, a UNIPI-MRSA, a FUNAI, o CIMI, a CEEI, os moradores e professores da própria comunidade, mas cientes que existem mais agentes além destes.

Esses agentes são fundamentais, atualmente, para Porto Praia, assim como o movimento indígena e as organizações apoiadoras foram fundamentais, desde a década de 1970, nas mudanças sobre como a política indigenista vinha sendo conduzida no Brasil, até a Constituição de 1988.

Verifica-se que, os professores e os moradores da comunidade tiveram um papel importante na reafirmação da identidade e na busca por melhorias na educação escolar, mesmo que a específica e diferenciada esteja longe da realidade, se busca ao menos o mínimo dessa. No entanto, a escola indígena hoje na comunidade estudada é um instrumento usado para reconstrução e afirmação da identidade étnica.

As contribuições deste recorte de uma pesquisa mais ampla concentram-se em apresentar o processo de luta e mobilização que o povo Kokama, de Porto Praia de Baixo, enfrenta para garantir o reconhecimento étnico e a educação escolar indígena dentro de seu território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. Edição Patrick Champagne. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p 223-309; p. 489-493.

CHAVES, Quézia Martins. **Morre a empresa privada e nasce a comunidade: memória e territorialidade na comunidade indígena Projeto Mapi (Médio Solimões/AM)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

FAULHABER, Priscila. **O lago dos Espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

FAULHABER, Priscila. Estrutura fundiária e movimentos territoriais no Médio Solimões - Notas preliminares. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia. Belém, v. 3, n. 1, p. 79-98, 1987. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/442/1/B%20MPEG%20Ant%203%281%29%201987%20FAULHABER.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

FAULHABER, Priscila. A reinvenção da identidade indígena no Médio Solimões e no Japurá. Anuário Antropológico/96. Rio de Janeiro, **Tempo Brasileiro**, p. 83-102, 1997. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6662/7523>. Acesso em: 29 nov. 2021.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita/Amazonas**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. João Pacheco de Oliveira (org.). 2ª ed. Contra Capa Livraria / LACED, 2004. p. 139-174

HALL, Stuart. A identidade cultural da pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 2006.

HISTÓRICO DA COMUNIDADE PORTO PRAIA DE BAIXO, povo Kokama, município de Tefé, 8 de agosto de 2013. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário-CIMI, Tefé/AM.

ISA - Instituto Socioambiental. Consultado em: (https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kokama/450) Acesso em: 10/04/2021.

LIMA-AYRES, Déborah M. A construção histórica da categoria caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural. *In: Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, n. 2, UFPA. 1999.

LOPES, Danielle Bastos. **O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. Da proa da Canoa: Por uma etnografia do movimento indígena em Tefé. **Somanlu**, ano 9, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br. Acesso em: 10 nov. 2021.

MARTINS, Martha P. M.; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Entre retomadas e autodemarcações – lutas indígenas por recursos naturais, territórios e direitos no Brasil. **Anais da VI Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia**. vol. 1, Porto Alegre, 2020. p. 53-72. Disponível em: https://891aac48-381e-4192-adf5-96afc8de6326.filesusr.com/ugd/9b34d5_c07a55bdcb884c90a6489de71c2881f7.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. João Pacheco de Oliveira (org.). 2ª ed. Contra Capa Livraria / LACED, 2004.

OLIVEIRA, Nelma Catulino de. **Educação escolar indígena: processos de implementação e efetividade das políticas educacionais na comunidade Porto Praia de Baixo (Tefé-AM)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade do Estado do Amazonas. Manaus/ AM, 2022. Publicação digital

Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Porto Praia de Baixo, município de Tefé, Manaus 2019. Elaboração: Comunidades Indígenas Terra Indígena Porto Praia de Baixo, Christian Ferreira Crevels (CIMI) Colaboração: Equipe da Pastoral Indigenista de Tefé (CIMI), Fábio Pereira (CIMI) Pesquisa: Christian Ferreira Crevels (CIMI), Equipe da Pastoral Indigenista de Tefé (CIMI), comunidade indígena Porto Praia de Baixo; Texto: Christian Ferreira Crevels (CIMI), Revisão: Adriana Maria Huber (CIMI)

RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**. v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006.

SAMPAIO, Aldo César Figueira. **O Trabalho de Sísifo: crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviação**. 1914-1919, 1943-1952. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento do Trópico Úmido. 27 jun. 2002. 89 f.

SILVA, Antônia Rodrigues da. **Concepções e práticas de Educação Escolar Indígena: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões, AM**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, Francisca Cardoso da. **Da afirmação étnica à luta pela garantia da terra:** a história de luta do povo indígena Kokama, aldeia Porto Praia de Baixo. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, Amazonas, 2019.

TEFÉ (AM). **Coordenação Técnica Local – CTL, terras indígenas em Tefé.** 2020.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac & Naify, 2010.